

Finanças solidárias

Maricá a caminho da economia solidária e popular sustentável

Whashington Quaqué¹, André Braga²

Introdução

A Economia Solidária existe desde o início da humanidade, mas com todos os seus avanços e reveses na história das sociedades e das tribos, perpassou diversos países, continentes e assumiu historicamente diversos formatos sociais e democráticos. Ademais, ela traz em seu DNA conceitos importantes, como justiça, igualdade e solidariedade, os quais são fundamentais para a população empobrecida, que luta pela sua emancipação em um mundo dominado pelo capital financeiro especulativo e globalizado.

A Economia Solidária e Popular em Maricá se inscreve dentro dessa conjuntura política internacional e brasileira, marcada pela dominação selvagem dos banqueiros, tendo em vista o início de um compromisso na política pública municipal referente à inclusão e justiça sociais. Esse compromisso é voltado para o enfrentamento das relações econômicas e sociais capitalistas que segregam, empobrecem e excluem a maior parte da população do ponto de vista econômico, social, político, cultural e ambiental.

A política pública de Economia Solidária e Popular em Maricá tem como principais desafios: enfrentar a concentração de renda; fortalecer as redes de economia e mercado solidário; fomentar formas cooperativas de produção; formar e capacitar atores sociais; propor estratégias de construção de um comércio justo solidário; proporcionar intersectorialidade

1 Prefeito da cidade Maricá-RJ.

2 Secretário de Economia Solidária e de Combate à Pobreza de Maricá-RJ.

da política pública; afirmar a democracia como forma participativa de inclusão social; e emancipar os setores populares.

Para a prefeitura maricaense, as Finanças solidárias são o motor de avião que fará decolar uma pujante Economia Solidária e Popular na cidade e fazem parte de uma estratégia pública de construir, no seio da metrópole fluminense e do Brasil, uma cidade marcada por atividades produtivas solidárias e de mercados solidários, de práticas democráticas, transformadoras e sustentáveis.

1 Finanças solidárias: um outro modelo de desenvolvimento é possível no mundo.

As Finanças Solidárias em Maricá-RJ se inscrevem em um cenário em que as políticas populares e democráticas de diversos países buscam afirmar outro modelo de desenvolvimento econômico no mundo. Há esforços de setores sociais normalmente atentos à problemática dos padrões de desenvolvimento, que têm por objetivo viabilizar a utilização de recursos econômicos, por meio de instrumentos financeiros, de forma a incidir na redução da pobreza no mundo, com geração de trabalho e renda, favorecendo a perspectiva do desenvolvimento econômico local ambientalmente sustentável e, também, viabilizando meios de emancipação social e econômica de comunidades beneficiadas por projetos públicos que distribuem renda e buscam assegurar cidadania.

A opção pelas finanças solidárias se faz em meio a um movimento maior de economia solidária no Brasil. Tem-se o surgimento de uma nova trama econômica, capaz de gerar um novo impulso na economia brasileira. No Brasil, as finanças solidárias possuem avanços registrados na Rede Brasileira dos Bancos Comunitários, mas os resultados de desenvolvimento ainda são relativamente incipientes para o imenso potencial do país.

As finanças solidárias têm como função essencial atender aos pobres e aos setores econômicos populares menos favorecidos pelas esferas de governo. Atualmente, elas são percebidas, no plano das cidades, como um instrumento capaz de alavancar um modelo de desenvolvimento local solidário. Em Maricá, as finanças solidárias ocupam um papel central nas políticas públicas, tendo em vista que as consideramos como algo que contribui de forma decisiva na luta contra a extrema pobreza e a pobreza e no fortalecimento de uma nova economia e mercado justo solidário.

Assim, em Maricá, operamos com as duas dimensões desse conceito: uma dimensão em que se gera o movimento financeiro de transferência distributiva de renda e outra na qual há um movimento social transformador de vidas. Ambas as dimensões colocam os seres humanos em atividade e fortalecem seus laços sociais na perspectiva do desenvolvimento da qualidade da vida humana e social na cidade.

2 Economia solidária popular: o caminho da inclusão com justiça social na cidade

A Economia Solidária Popular de Maricá precisa ser vista e percebida enquanto um conjunto articulado de ações públicas, organizado em torno de três eixos centrais: a moeda social, que distribui renda e riqueza municipal; o desenvolvimento local Solidário Popular Sustentável; e o cooperativismo autônomo de autogestão democrática. Tais eixos estruturantes trazem consigo uma perspectiva diferenciada de inserção econômica, a qual confronta o mundo financeiro especulativo dominante.

Maricá situa-se na contramão desse modelo econômico excludente, o qual gera em larga escala a exclusão social, a desigualdade e a pobreza. Esses três fatores são os responsáveis por criar um ambiente de violência urbana, acentuando o grau de evasão escolar e desemprego.

O poder público municipal mais é capaz de realizar mais e Maricá-RJ-Brasil tem buscado fazer a sua parte. As grandes e médias cidades precisam ter mais protagonismo político e encontrar alternativas solidárias de desenvolvimento econômico local que tragam consigo a justiça social e a cidadania. Não obstante, esse município é o primeiro do Brasil a ter uma Moeda Social em um Cartão Eletrônico. Nesse sentido, temos a certeza de que a transferência de renda e distribuição de riqueza deve estar articulada, ou mesmo inserida, em um amplo **Sistema de Proteção Social e Econômica**, no qual a política pública esteja integrada e o cidadão seja percebido como um ser humano em todas as suas dimensões sociais.

Portanto, a política de Economia Solidária Popular em Maricá tem dois desafios estratégicos permanentes: 1- enfrentar os problemas e construir soluções de forma unificada; e 2- assegurar qualidade de vida e a felicidade da população. Nas palavras de Junqueira (2000):

A nossa compreensão é que esta política deve ser pensada a partir de uma ação intersetorial, pois daí pode surgir como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. (JUNQUEIRA, 2000, p. 42).

Nesse sentido, o município fluminense quer contribuir com um olhar diferente que vise um futuro melhor. Assim, enquanto laboratório de políticas públicas, nosso desafio é antecipar as mudanças nocivas do mundo capitalista contemporâneo. Tal inovação se baseia em estabelecer conexões internas e externas ao indivíduo com base no conhecimento socialmente construído. Dessa forma, propomos um movimento inovador, que tem o objetivo de recriar ideias e ideais revolucionários voltados a um modo novo de gestão pública a partir da experiência local.

3 Maricá cidade solidária: do direito à renda mínima e à cidadania

A cidade de Maricá insere-se no contexto da metrópole fluminense e tem na cadeia produtiva do petróleo e no turismo os centros principais do seu crescimento econômico-social. O processo de construção do Porto para escoamento da produção do Pré-Sal e a revolução urbana que acontece na cidade, feita pela atual gestão do prefeito, Washington Quaqué, vem atraindo para a cidade novos e importantes investimentos para o seu desenvolvimento.

Todavia, sabemos o quanto é perverso esse modelo de desenvolvimento capitalista. Assim, nosso desafio é saber utilizar a atual conjuntura, favorável ao desenvolvimento econômico da cidade, e simultaneamente, criar a perspectiva de construir as condições para um modelo econômico fortemente solidário, popular e sustentável. Não se trata de uma tarefa fácil nem de curta duração, mas precisaremos enfrentar com determinação, competência, estratégia política e a institucionalidade que eficazmente fomenta.

Devemos ter em mente que a Economia Solidária Popular em Maricá, é um caminho de sustentabilidade baseado em relações humanas que produzam uma cidade feliz. Nesse sentido, é importante citar os programas de combate à extrema pobreza e à pobreza das famílias maricaenses que possuem renda familiar até três salários mínimos: o Renda Mínima Mumbuca, o Renda Mínima Gestante e o Renda Mínima Jovem Solidário.

Esses programas não são o fim em si mesmos, mas os meios pelos quais se fundam as novas relações econômicas e sociais, resgatando o significado da palavra humanidade. Em Maricá, essas utopias começaram a assumir cores e formas a partir do protagonismo da política pública e social da prefeitura, por meio da MOEDA SOCIAL MUMBUCA.

Apresentamos abaixo uma descrição sintética dos programas sociais em curso na cidade de Maricá, os quais combatem a extrema pobreza e a pobreza e são viabilizados e integrados às finanças solidárias de um único Cartão Eletrônico da Moeda Social Mumbuca.

Renda Mínima Mumbuca (antes denominado bolsa mumbuca) – Primeiro programa da prefeitura que deu início aos avanços melhoraram-na melhoria de vida do povo pobre maricaense. Esse programa, implantado em dezembro de 2013, gerou trabalho, renda e desenvolvimento local, beneficiando mais de 13.700 famílias em Maricá. Basicamente, o Renda Mínima Mumbuca dá direito à transferência de renda de 85 Mumbucas (R\$85,00) mensais por família, pagos no Cartão Eletrônico Mumbuca a cada Responsável da Família (RF), que seja maricaense e possua renda familiar de até três salários mínimos, comprovado pelo NIS do CADÚNICO emitido pelo governo federal.

Renda Mínima Gestante – Desde a década de 1970, a maternidade vem sendo identificada como um problema de saúde pública. Complicações obstétricas com repercussões para a mãe e o recém-nascido, bem como problemas psicológicos, sociais e econômicos têm fundamentado essa afirmação. As ações voltadas para dar conta dessa temática têm-se apoiado em resoluções baseadas na educação sexual e no acesso a métodos contraceptivos.

Na atualidade, os estudos que identificam as causas mais frequentes para a ocorrência e recorrência da gravidez mostram uma contínua relação entre a gestação e o abandono escolar e a desestruturação da família. Portanto, a ausência de programas de planejamento familiar adequados nos serviços públicos de saúde e assistência social também tem sido discutida como fator importante.

Considerando esses fatores, em dezembro de 2015, a prefeitura de Maricá começou a implantar o **Renda Mínima Gestante**. Esse programa objetiva assegurar uma renda de 85 mumbucas (R\$85,00) para todas as mulheres grávidas da cidade e é assegurado até o primeiro ano de idade do *bebê*. Ao assegurar uma renda mínima às gestantes, o poder público local investe de forma decisiva no estabelecimento de uma rede de pro-

teção à mãe durante sua gestação. Dentre as condicionalidades para ter acesso ao programa estão: estar inserida no Cadastro Único da Pobreza do Governo Federal; manter atualizada a Carteira de Vacinação de eventuais outros filhos; manter atualizadas as consultas de pré-natal, assim como a frequência atualizada dos filhos na escola.

Nesse sentido, o Renda Mínima Gestante se consolida enquanto um instrumento fundamental para o apoio ao desenvolvimento socioeconômico, visando assegurar à gestante as condições para o pleno desenvolvimento de sua gestação até um ano de idade da criança. Neste sentido, iremos assegurar não somente a intersectorialidade entre as políticas públicas de saúde, da assistência social e da economia solidária, como também inserir a beneficiária em uma ampla rede de proteção social e também econômica, produtiva e solidária, de preferência realizada a partir de sua casa, para facilitar o acompanhamento da gestação do seu filho.

Renda Mínima Jovem Solidário – Atualmente, Maricá tem uma população estimada em 150 mil habitantes, os quais são distribuídos em quatro distritos: Maricá (centro), Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. Desse total, aproximadamente 22% são jovens com idade entre 14 e 29 anos. Portanto, constituir uma rede de proteção social e econômica, com formação e qualificação profissional inserida na cadeia produtiva do petróleo e do turismo, é o primeiro passo para garantir a qualidade de vida a esses jovens. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Trabalho, já vem desenvolvendo, juntamente com a cooperação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o acesso dos jovens a vários cursos profissionalizantes na cidade.

Essa parcela de jovens, que representa aproximadamente um quarto da população de Maricá, necessita de uma política que esteja voltada para a promoção do direito à juventude. Constituir a rede de proteção social e econômica é um ponto importante na garantia dos direitos de cerca de 30 mil jovens da cidade.

O Renda Mínima Jovem Solidário visa combater, preferencialmente, o fenômeno sócioeconômico apelidado por cientistas sociais como “*geração nem nem*”. Esse fenômeno consiste em jovens com idade entre 14 e 29 anos que não estudam e não trabalham. Dessa forma, o programa visa assegurar o estímulo ao estudo, à formação e à qualificação para o trabalho, além do apoio na inserção produtiva, seja no mercado de trabalho tradicional ou nas redes produtivas da economia popular solidária, estimuladas no município.

A “geração nem-nem” chegou à marca de 20,3% da população brasileira em 2013, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2014, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os jovens entre 14 a 29 anos de idade são um quarto da população brasileira e estão em metade das casas das famílias brasileiras. Entre os jovens do Sudeste, 37,9% não trabalham nem estudam. Além disso, as mulheres são maioria nesse grupo, com 68,8% do total. Os homens, por sua vez, são 31,2% desse total. Por raça, os negros e pardos tinham maior participação (62,9%), de acordo com o IBGE. Brancos que não estudam nem trabalham, com idade entre 14 e 29 anos, totalizam 36,3%. Quanto à escolaridade, 30,7% dos jovens que não estudam nem trabalham têm nível de instrução até o ensino fundamental incompleto ou equivalente. Outros 22,8% possuem fundamental completo ou até o ensino médio incompleto. A maioria, 46,6%, conta com médio completo ou nível mais elevado.

Para combater essa mazela social, criamos o **Renda Mínima Jovem Solidário**, que se constitui enquanto um programa de transferência de renda voltado para os jovens de 14 a 29 anos, residentes em Maricá, que sejam de famílias com renda familiar de até três salários mínimos e estejam inseridos no cadastro da pobreza do governo federal. Esses jovens têm o direito de receber uma renda no valor de 100 Mumbucas (R\$100,00) e a sua manutenção é condicionada pela participação em um conjunto de atividades relacionadas à formação e qualificação profissional, assim como atividades culturais e de cidadania.

4 Maricá: a 1ª cidade com a renda básica de cidadania no país!

Em 2005, foi sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Renda Básica de Cidadania (RBC), projeto de autoria do saudoso Senador Eduardo Suplicy. Essa lei, que ainda não foi regulamentada pelo governo federal, estabelece como princípio ético e de igualdade a distribuição de parte da riqueza nacional, por meio de uma renda básica. O pagamento dessa renda seria realizado com o mesmo valor para todos os brasileiros, independente de classe social. Em dezembro de 2015, a Prefeitura de Maricá-RJ-Brasil entrou para a história como a primeira cidade brasileira a transformar em realidade o projeto da RBC, ao estabelecer a Lei Municipal de Renda Básica de Cidadania de Maricá. Inicialmente, era destinada aos munícipes mais pobres uma quantia de 10 Mumbucas (R\$10,00), paga

pelo Cartão Eletrônico da Moeda Social Mumbuca. Para ter acesso ao benefício, o cidadão deveria residir na cidade há no mínimo dois anos.

5 Os impactos econômicos e sociais dos programas de transferência de renda em Maricá

Em pouco mais de dois anos de criação, só o Programa Renda Mínima Mumbuca transferiu de cerca de 30 milhões de reais até março de 2016. Esses recursos públicos municipais beneficiam mensalmente a vida de aproximadamente 13,7 mil famílias e contribuíram de forma decisiva para a melhora da qualidade de vida desses cidadãos. Ademais, o programa dinamiza a economia local, gerando mais faturamento aos comércios credenciados, aumento e melhorias dos espaços físicos comerciais, mais postos de trabalho, mais renda e mais impostos que voltam aos cofres públicos da prefeitura.

Os impactos da Moeda Social Mumbuca na vida da população de Maricá podem ser sentidos na ampliação do acesso à renda e, sobretudo, no que essa renda pode proporcionar aos munícipes. Nesse sentido, temos a exata dimensão que os nossos programas contribuem, por exemplo, no combate à desnutrição (inclusive a materno-infantil), evitando problemas de saúde consequentes da má alimentação, na medida em que amplia o acesso a gêneros alimentícios e produtos farmacêuticos. Esses fatores, juntamente com a criação de novos postos de trabalho, contribuem para que haja uma melhora considerável na qualidade de vida da população.

O município de Maricá tem 115 estabelecimentos comerciais cadastrados e ativos que recebem a moeda social mumbuca. Em recente pesquisa realizada pelo Instituto Palmas, desse total 85% dos comerciantes declararam que seu faturamento aumentou em média 15% depois que começaram a aceitar a Moeda Social Mumbuca. Veja Gráfico 1.

Ao lado do crescimento econômico desses estabelecimentos, pode-se identificar também o aumento no número de postos de trabalho gerados de forma direta. Nesse caso, foi percebido que em média dois novos postos de trabalho foram gerados em cada estabelecimento comercial, conforme o Gráfico 2.

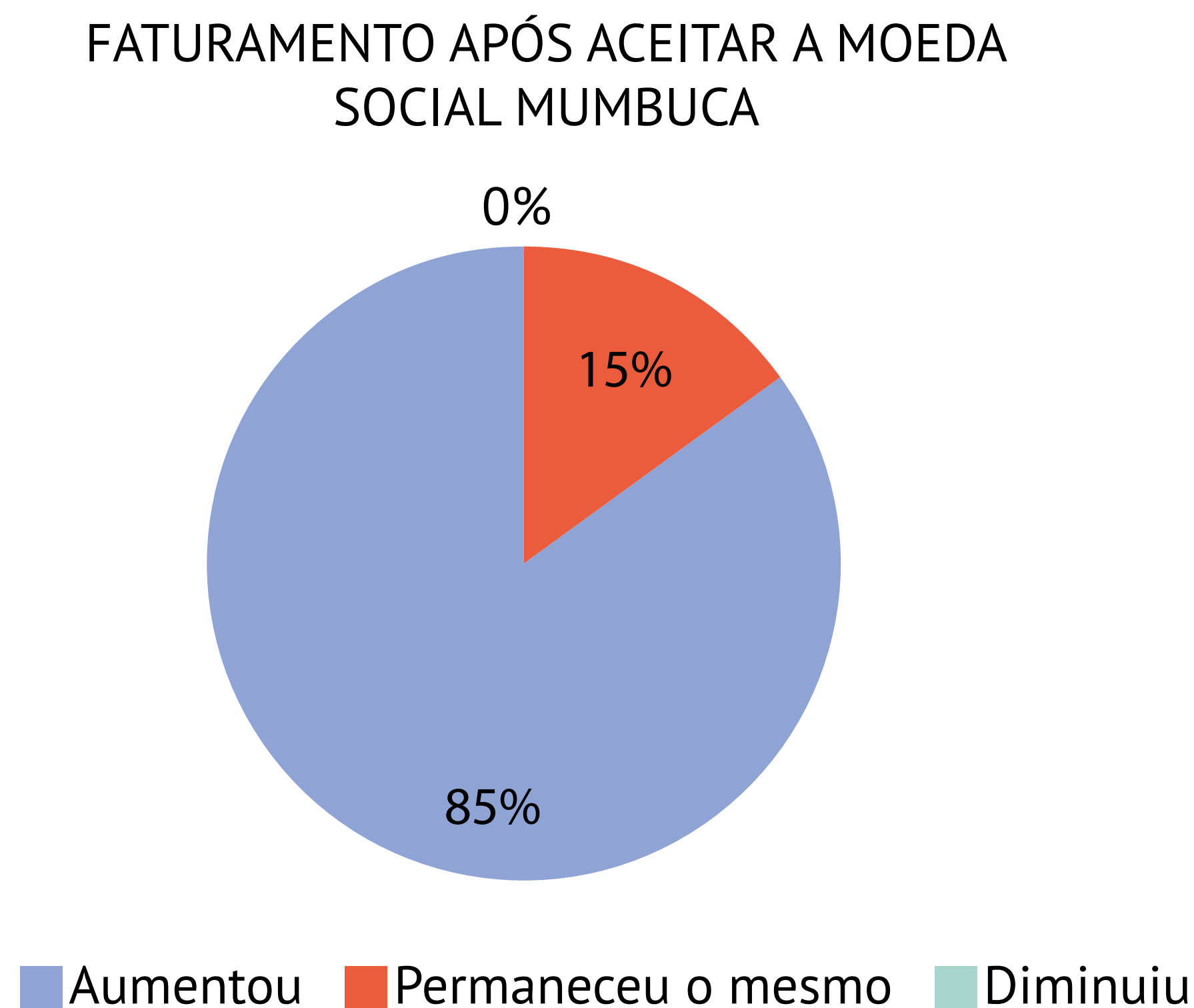


Gráfico 1. Faturamento após aceitar a moeda social Mumbuca. Fonte: elaboração própria.

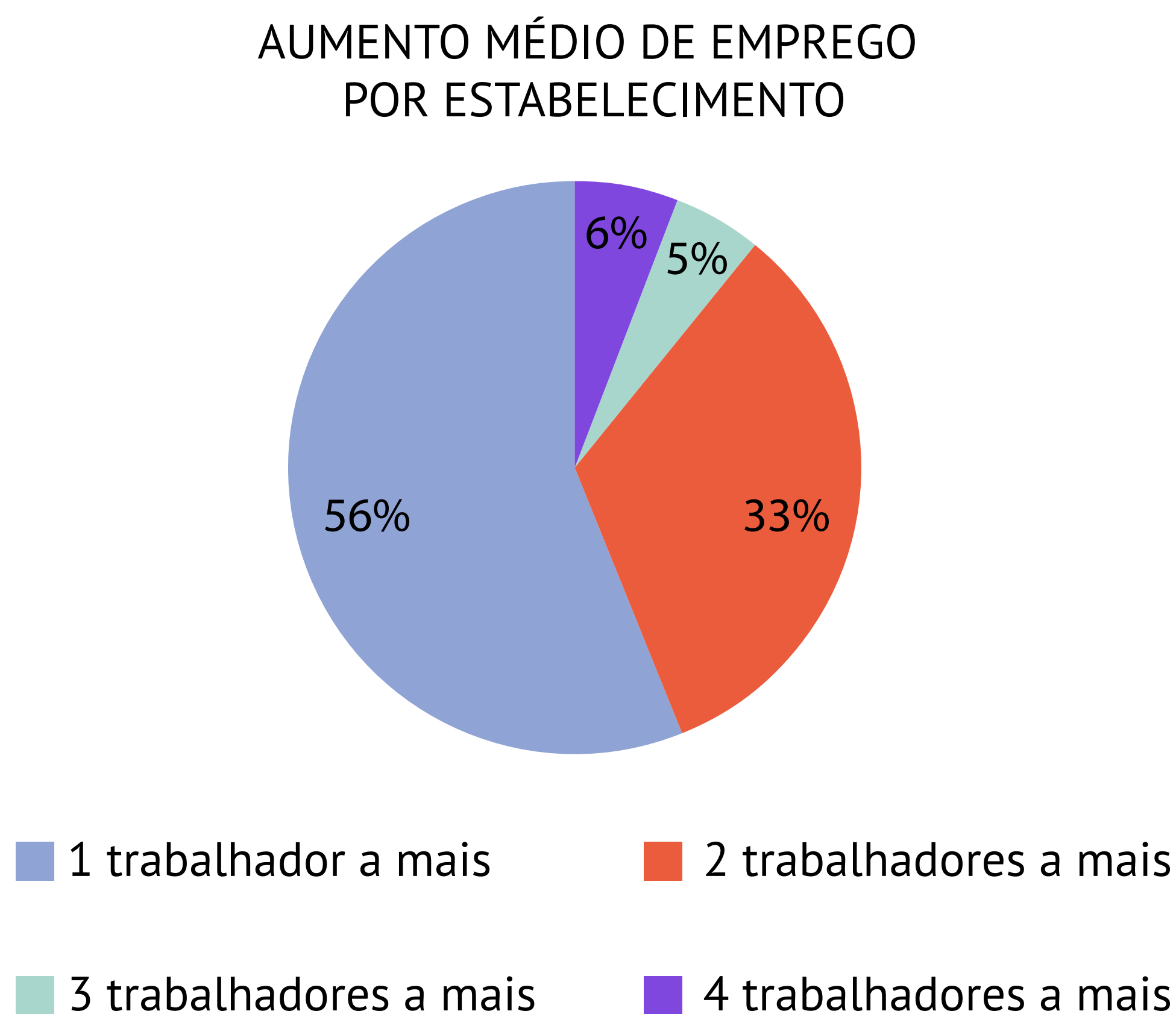


Gráfico 2. Aumento médio de emprego por estabelecimento. Fonte: elaboração própria.

O crescimento econômico é uma realidade para a grande maioria dos estabelecimentos comerciais de Maricá que recebem a Moeda Social Mumbuca. É possível identificar tal situação a partir do aumento da oferta de produtos, espaço físico e infraestrutura de serviços no interior desses estabelecimentos. Sabe-se que, em uma relação comercial, somente será possível algo dessa natureza se houver o aumento da procura e é exatamente isso que a Moeda Social Mumbuca fez acontecer, o aumento da procura nos comércios credenciados.

Aqui podemos perceber de forma mais objetiva o impacto que os programas de transferência de renda estão proporcionando na cidade. Os recursos somente podem ser utilizados na cidade, o que contribui de forma direta para o crescimento econômico e social local.

Ainda cabe destacar que os números aqui apresentados são, em sua maioria, relacionados ao Programa Renda Mínima Mumbuca. Mas, neste momento, estamos em um estágio avançado de consolidação de três outros novos programas: (i) Renda Mínima Jovem Solidário; (ii) Renda Mínima Gestante e; (iii) Renda Básica da Cidadania.

Juntos, esses programas deverão ampliar em média 25% dos investimentos mensais, ou seja, algo em torno de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), os quais serão investidos no âmbito social e na economia local. Nesse cenário, não é demais assinalar que o grau de satisfação do comércio local e das famílias é muito bom, como mostra o Gráfico 3.

Grau de Satisfação com o Programa Social Mumbuca

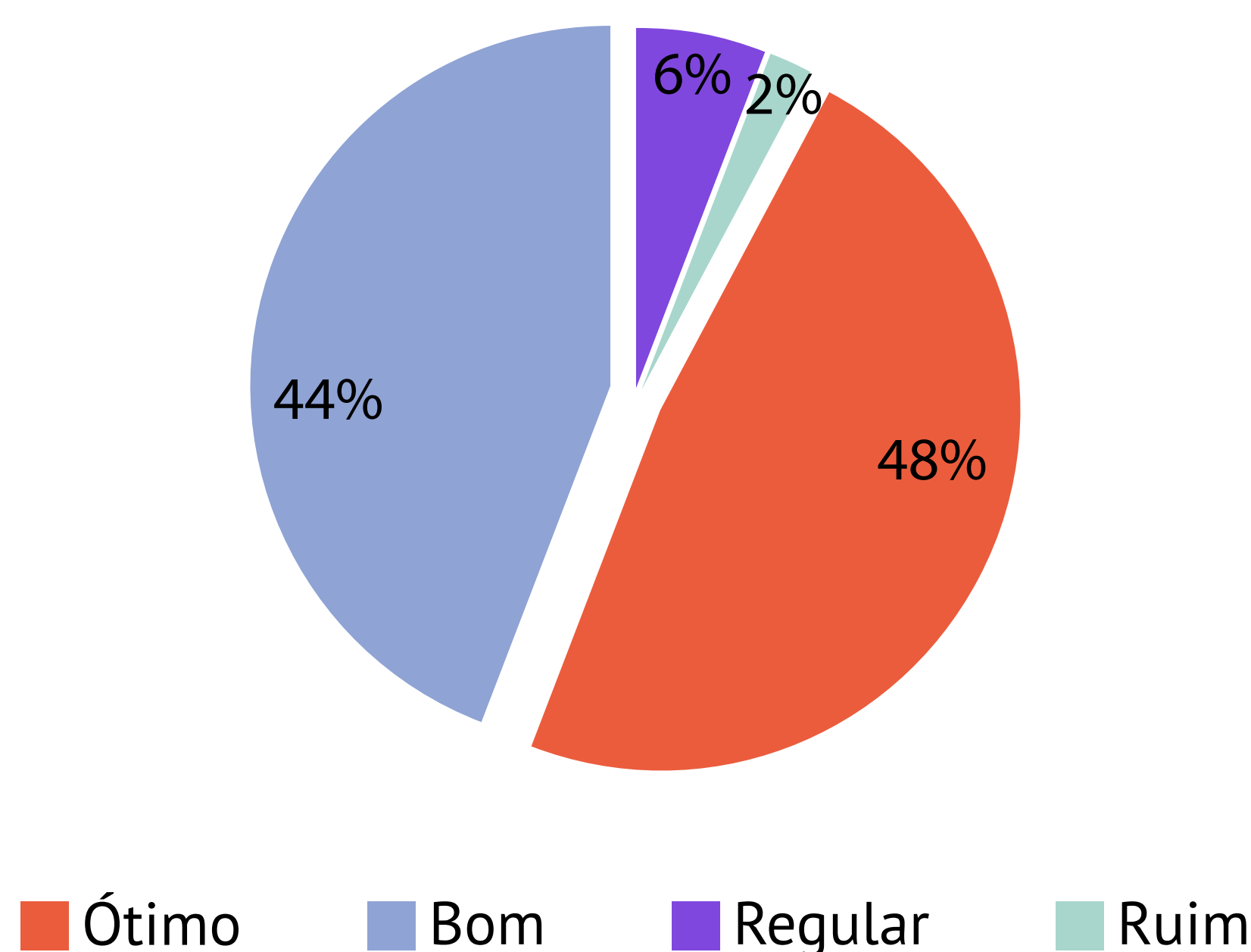


Gráfico 3. Grau de satisfação com o Programa Social Mumbuca. Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

A experiência de Maricá ainda é recente, mas traz consigo elementos importantes que buscam enfrentar a exclusão e a desigualdade social. No seu curso já podemos identificar aspectos importantes e resultados relevantes. Todavia, ainda há muito a ser feito. Assinalamos alguns eixos estratégicos que serão objeto de nossa intervenção pública. São eles:

- 1) **Cooperativismo** – É o principal instrumento a ser utilizado em Maricá como forma de organização econômica da população. Nossa perspectiva é que sejam criadas cooperativas de produção a partir das cadeias produtivas e das experiências locais.
- 2) **Centro Público de Economia Popular e Solidária** – Trata-se de um espaço multifuncional que concentra um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da economia solidária, a serem realizadas por instituições governamentais ou não governamentais. Ao agregarem diversas iniciativas do campo da economia solidária no município, o Centro visa fortalecer e fomentar a economia solidária no plano territorial, sendo que sua articulação em uma rede pode contribuir para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária, tanto para dentro do próprio setor, quanto para o conjunto da sociedade.
- 3) **Crédito Popular e Solidário** – É o financiamento de atividades econômicas de caráter popular e solidário, assegurando aos empreendedores as condições para o desenvolvimento de suas atividades fins, com base em um amplo processo de formação, capacitação e monitoramento.
- 4) **Comércio Justo e Solidário** - Comércio Justo e Solidário (CJS) é o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos Solidários por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia.
- 5) **Ator Social** – Trata-se de organização social e política, constituída por empreendedores organizados em Fóruns, redes e conselhos. Tem como tarefa central exercer o controle social da política pública de Economia Popular e Solidária.

Referências

ARMA contra a pobreza, “Mumbuca” é a primeira moeda social eletrônica do País. Agência Efe. Disponível em: < <https://noticias.terra.com.br/brasil/arma-contra-pobreza-mumbuca-e-a-primeira-moeda-social-eletronica-do-pais,8668ecb-4256f6410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html> >. Acesso em: 13 fev. 2016.

FREITAS, H.; EGYDIO, O.; CEZAR, Irina. **Programa moeda social mumbuca: Inovação Social, Digital e Econômica - RELATÓRIO DE PESQUISA/PROJETO CONEXÃO LOCAL**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/EAESP/FGV, 2014.

INSTITUTO PALMAS. **Lançamento da moeda social eletrônica MUMBUCA**. Informativo Instituto Palmas, Fortaleza, 27 de dezembro de 2013 < <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/162600> > Acesso em: 13 fev. 2016.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, nov./dez., 2000.

MARICÁ. Lei municipal nº 2.448, de 26 de Junho de 2013. Institui o programa municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e social de Maricá. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/lei-moeda-social-mumbuca.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

VELASCO, C. Para diminuir pobreza, Maricá, no RJ, cria 1ª moeda social eletrônica do país. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/04/para-diminuir-pobreza-marica-no-rj-cria-1-moeda-social-eletronica-do-pais.html> >. Acesso em: 13 fev. 2016.